DESDOBRAMENTO DA CADEIA DE VALOR

JUNHO **2026**



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente
Conselheiro Durval Ângelo Andrade

Vice-Presidente
Conselheiro Agostinho Célio Andrade Patrus

Corregedor
Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Ouvidor
Conselheiro Adonias Fernandes Monteiro (em exercício)

Conselheiros
Alencar Magalhães da Silveira Júnior
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira (em exercício)
Hamilton Antônio Coelho (em exercício)
Adonias Fernandes Monteiro (em exercício)

Conselheiros Substitutos
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho
Adonias Fernandes Monteiro - Ouvidor
Telmo de Moura Passareli

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procuradora-Geral
Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte

Subprocuradora-Geral
Maria Cecília Mendes Borges

Procuradores
Glaydson Santo Soprani Massaria
Elke Andrade Soares de Moura
Cristina Andrade Melo
Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Daniel de Carvalho Guimarães

Realização

Diretoria de Comunicação
Andréa Mesquita | Diretora

Coordenadoria de Publicidade, Criação e Mídias Digitais
Natália Costa Barros | Coordenadora
André Luiz de Oliveira Junior
Bruna Gontijo Pellegrino
Leonardo Alves de Lima
Lívia Maria Barbosa Salgado
Misael Avelino da Silva
Samuel Mendonça Pereira
Victor Piroli Pessoa
Viviane Nunes Pinto
Vivian de Paula

Elaboração

Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica
Alex Lopes de Freitas | Diretor

Coordenadoria Integrada de Projetos e Processos
Bruno de Faria Vaz Sampaio | Coordenador
Enivaldo Soares Bigão
Gregório Oswaldo Marques Pardini

Superintendência de Controle Externo
Heloísa Helena Nascimento Rocha

Superintendência de Gestão e Finanças
Flávia Maria Gontijo da Rocha

Controladoria Interna
Igor do Nascimento Marinho

IMAGENS
Arquivo TCEMG | Envato

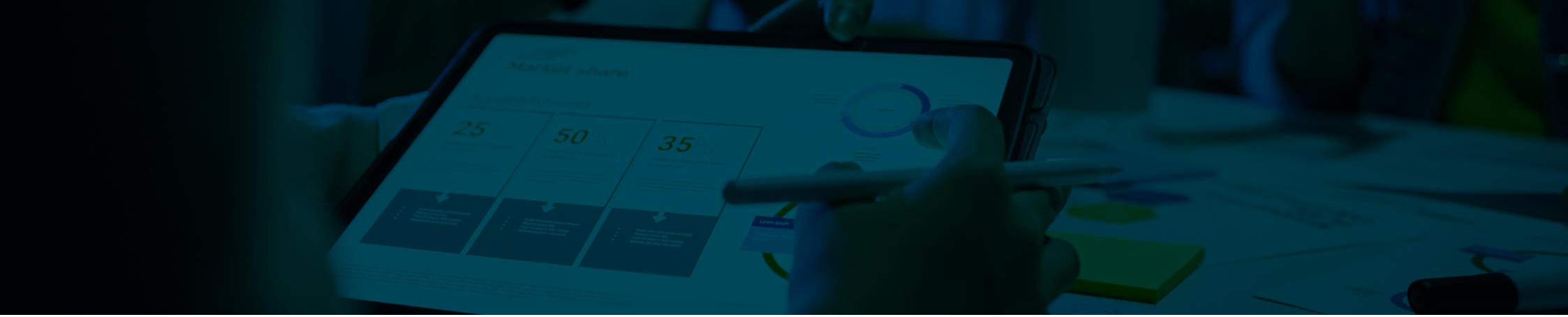
SUMÁRIO

1 Cadeia de Valor 05
2 Estrutura da Cadeia de Valor 05
2.1 Elos 05
2.2 Macroprocessos e Processos Gerais - Elo de Controle Externo 06
2.3 Macroprocesso e Processos Gerais - Elo de Gerenciamento Organizacional 07
2.4 Valor Público 08
3 Diagrama da Cadeia de Valor do TCEMG 09
4 Desdobramento da Cadeia de Valor 11
4.1 Desdobramento do elo Controle Externo 11
4.2 Desdobramento do elo Gerenciamento Organizacional 18



CADEIA DE VALOR DO TCEMG





1 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) é uma ferramenta essencial de gestão que oferece uma visão abrangente sobre o alinhamento dos processos gerais com a estratégia institucional, contribuindo para a geração de valor público para a sociedade. Esta construção não apenas facilita a execução das estratégias definidas, mas também serve como mecanismo de prestação de contas à sociedade, conforme preconizado pela Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP) n. 12, que enfatiza o valor e o benefício dos Tribunais de Contas na vida dos cidadãos.

Esta ferramenta identifica e representa, de forma modelada, os elos, seus macroprocessos e processos gerais cujas atividades entregam produtos e/ou serviços que geram valor público e proporcionam uma base sólida para a definição de objetivos estratégicos e para o direcionamento da atuação do Tribunal.

Em suma, a Cadeia de Valor representa um instrumento vital para a governança efetiva do TCEMG, capaz de promover transparência, responsabilidade e confiança nas ações do Tribunal e, ao mesmo tempo, fortalecer sua missão de servir ao interesse público.

2 Estrutura da Cadeia de Valor

A estruturação da Cadeia de Valor do TCEMG é definida em dois elos, que são desdobrados em macroprocessos e processos gerais e o valor público gerado.

2.1 Elos

Os elos foram definidos da seguinte forma:

- **Elo de controle externo**
- **Elo de gerenciamento organizacional**

2.2 Macroprocessos e Processos Gerais - Elo de Controle Externo

Referem-se às atividades típicas de fiscalização e controle, além das atividades diretamente relacionadas ao cumprimento da missão constitucional do TCEMG. Essas atividades são essenciais para fortalecer a accountability, a transparência e a integridade dos órgãos e entidades governamentais, bem como para demonstrar a relevância do Tribunal aos cidadãos, ao Poder Legislativo e às demais partes interessadas.

Macroprocessos	Processos Gerais
Controle de contas anuais de gestão e governo	Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais do Governador e dos Prefeitos a serem julgadas pelo Legislativo.
	Julgamento das contas de gestão dos demais responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais e municipais.
Fiscalização da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais	Emissão de normas, orientações e jurisprudência relacionadas ao exercício do controle externo da gestão pública estadual e municipal.
	Fiscalização da regularidade ou do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais.
	Apreciação da legalidade de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão dos órgãos e entidades estaduais e municipais, para fins de registro.
	Apuração de denúncias e representações.
Responsabilização administrativa, financeira e por resultados	Promoção de soluções dialógicas e consensuais.
	Expedição de determinações para adoção de medidas corretivas e recomendações para o aprimoramento da gestão pública.
	Fixação da responsabilidade de quem tiver dado causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao Estado ou a Município.
	Aplicação das sanções previstas em lei aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade das contas.
Produção e disseminação de dados, informações e conhecimentos sobre a gestão pública	Apuração e divulgação de indicadores da gestão pública.
	Avaliação das políticas, programas e projetos públicos.
	Disponibilização e fornecimento de dados e informações sobre a gestão pública.
	Produção, gestão e disseminação de dados e informações estratégicas, com o uso intensivo de tecnologia da informação.



2.3 Macroprocesso e Processos Gerais – Elo de Gerenciamento Organizacional

Referem-se às atividades de governança e gestão essenciais para que o TCEMG se torne uma organização modelo e referência para seus jurisdicionados.

Macroprocesso	Processos Gerais
Governança e gestão organizacional	Gestão da estratégia e do desempenho institucional
	Prestação de contas e transparência do Tribunal
	Gestão orçamentária, financeira e contábil
	Gestão da integridade, conformidade e risco
	Comunicação e relacionamento institucional
	Gestão de pessoas, do conhecimento e da informação
	Gestão da logística, infraestrutura e sustentabilidade
	Gestão da segurança institucional
	Gestão jurídica institucional
	Gestão da tecnologia da informação



2.4 Valor Público

No contexto do TCEMG, entende-se por Valor Público os resultados gerados e entregues por meio de atividades que respondem efetivamente às necessidades ou demandas de interesse público, modificando aspectos da sociedade e atendendo aos legítimos destinatários de bens e serviços públicos.

Valores do Elo de Controle Externo:

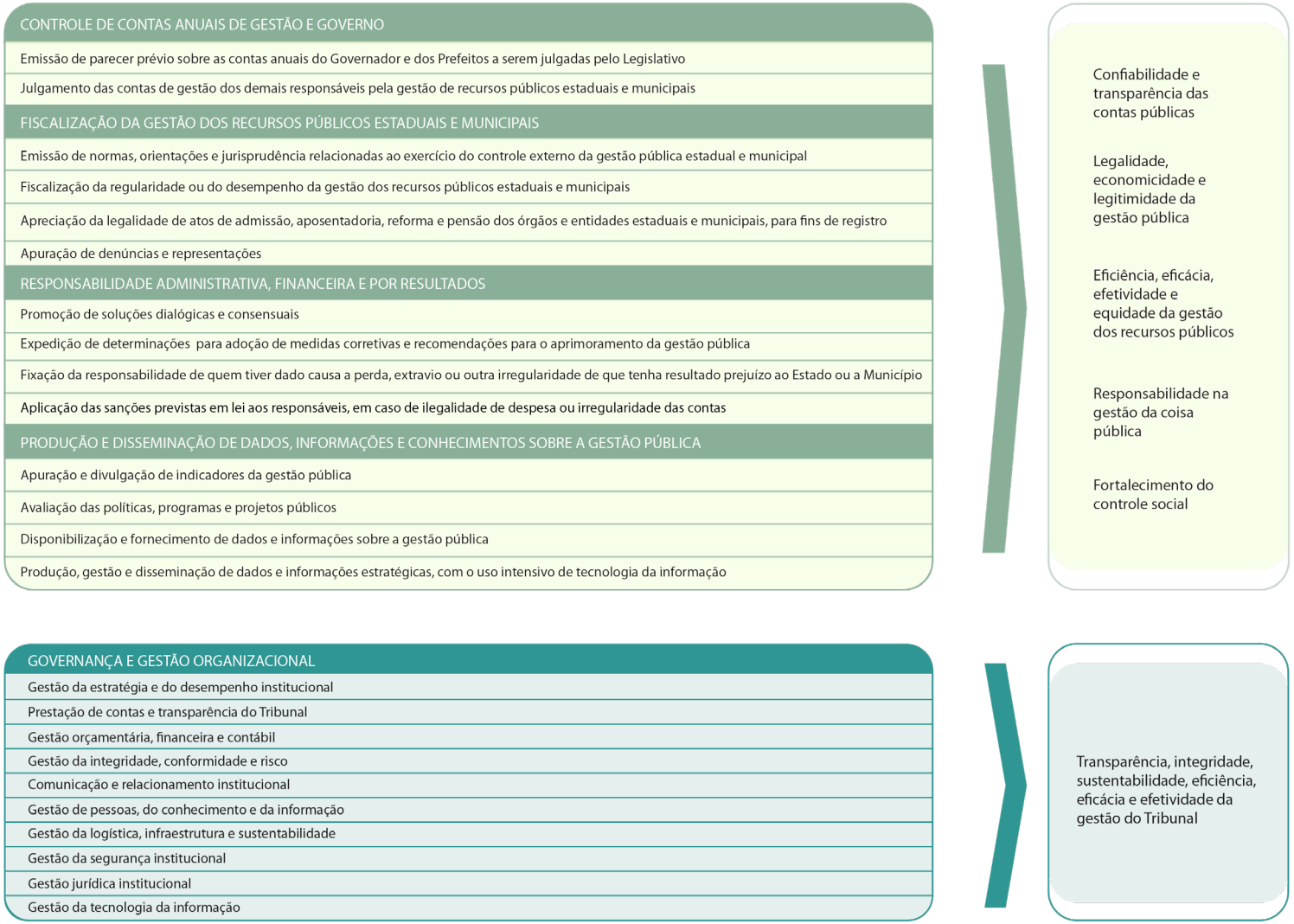
- Confiabilidade e transparência das contas públicas;
- Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública;
- Eficiência, eficácia, efetividade, equidade e sustentabilidade da gestão dos recursos públicos;
- Responsabilidade na gestão da coisa pública; e
- Fortalecimento do controle social.

Valores do Elo de Gerenciamento Organizacional:

- Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.

3 Diagrama da Cadeia de Valor do TCEMG

No TCEMG, os macroprocessos, processos gerais e valores públicos foram agrupados aos elos correspondentes, conforme diagrama abaixo:



DESDOBRAMENTO DA CADEIA DE VALOR





4 Desdobramento da Cadeia de Valor

4.1 Desdobramento do elo Controle Externo

MACROPROCESSO: Controle de contas anuais de gestão e governo

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais do Governador e dos Prefeitos a serem julgadas pelo Legislativo.	Emissão de parecer prévio sobre as contas do governador.	Parecer prévio sobre as contas do governador emitido e encaminhado ao Poder Legislativo.	Manifestar conclusivamente quanto à regularidade da macrogestão dos recursos públicos a cargo do chefe do Poder Executivo, em especial, as funções de planejamento, organização, direção e controle de políticas públicas.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
	Emissão de parecer prévio sobre as contas dos prefeitos.	Parecer prévio sobre as contas dos prefeitos emitido e encaminhado ao Poder Legislativo.	Manifestar conclusivamente quanto à regularidade da macrogestão dos recursos públicos a cargo do chefe do Poder Executivo, em especial, as funções de planejamento, organização, direção e controle de políticas públicas.	
Julgamento das contas de gestão dos demais responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais e municipais.	Seleção das contas que serão encaminhadas para o Tribunal para julgamento.	Decisão normativa que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os respectivos processos de contas anuais constituídos, para fins de julgamento pelo Tribunal.	Definir as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento, considerando os critérios de materialidade, relevância, risco, oportunidade e as diretrizes de controle externo.	
	Julgamento das contas anuais de gestão.	Deliberação sobre a regularidade das contas de gestão.	Julgar a regularidade das contas anuais de gestão dos responsáveis por órgãos, entidades ou unidades de gestão financeira e patrimonial.	

MACROPROCESSO: Fiscalização da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Emissão de normas, orientações e jurisprudência relacionadas ao exercício do controle externo da gestão pública estadual e municipal.	Elaboração e expedição de resoluções, instruções e decisões normativas, portarias e ordens de serviço em matéria de controle externo.	Ato normativo emitido e publicado.	Expedir atos normativos sobre matéria de controle externo, no exercício do poder regulamentar.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
	Emissão de parecer em consulta.	Parecer em consulta emitido e publicado.	Emitir parecer, de caráter normativo, sobre matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial.	
	Julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência.	Incidente de uniformização de jurisprudência deliberado.	Unificar o entendimento do TCE-MG sobre determinada matéria e encerrar divergência verificada em deliberações do Tribunal Pleno e Câmaras.	
	Pronunciamento sobre arguição de inconstitucionalidade.	Pronunciamento sobre inconstitucionalidade.	Pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público, a fim de afastar a sua incidência no caso concreto examinado em processo.	
	Elaboração de nota técnica.	Nota técnica elaborada decisão; Normativa emitida e publicada.	Elaborar nota técnica a respeito de critérios, orientações e interpretações de normas jurídicas ou de procedimentos divergentes da administração.	
	Edição de enunciado de súmula.	Súmula emitida e publicada.	Consolidar o entendimento predominante e reiterado do Tribunal sobre determinado tema.	
	Planejamento das ações de fiscalização e controle.	Plano de fiscalização e controle aprovado.	Definir as ações de fiscalização e controle considerando as diretrizes de controle externo e os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade.	
	Realização de acompanhamento de atos de gestão.	Relatórios parciais e relatório final de acompanhamento.	Examinar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho ou a regularidade da gestão pública.	

MACROPROCESSO: Fiscalização da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Fiscalização da regularidade ou do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais.	Realização de auditorias financeiras.	Relatório de auditoria financeira.	Aferir se a informação financeira é apresentada em conformidade com a estrutura do relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
	Realização de auditorias de conformidade.	Relatório de auditoria de conformidade.	Avaliar se as atividades, transações financeiras e informações estão em conformidade com normas aplicáveis.	
	Realização de auditorias operacionais.	Relatório de auditoria operacional.	Avaliar se os programas, projetos, atividades ou organizações governamentais estão funcionando de acordo com os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade, e obter resultados aplicáveis ao aperfeiçoamento do objeto auditado.	
	Realização de inspeções.	Relatório de inspeção.	Suprir omissões, falhas ou dúvidas e esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos em exame; Obter dados ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou representação; Verificar o cumprimento de decisão do Tribunal.	
	Realização de levantamentos.	Relatório de levantamento e relatório de levantamento deliberado.	Conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades estaduais e municipais, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais; Identificar objetos e instrumentos de fiscalização; avaliar a viabilidade da realização de ações de fiscalização.	
	Monitoramento das deliberações e dos resultados das ações de controle externo.	Relatórios parciais de monitoramento e relatório final de monitoramento.	Verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.	

MACROPROCESSO: Fiscalização da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Apreciação da legalidade de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão dos órgãos e entidades estaduais e municipais, para fins de registro.	Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal para fins de registro.	Deliberação sobre a legalidade dos atos de admissão; Registro dos atos de admissão regulares.	Assegurar a legalidade dos atos de admissão sujeitos a registro e prover a segurança jurídica, em âmbito administrativo, mediante apreciação do ato.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
	Apreciação da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão para fins de registro.	Deliberação sobre a legalidade dos atos de admissão; Registro dos atos de concessão regulares.	Assegurar a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão sujeitos a registro e prover a segurança jurídica, em âmbito administrativo, mediante apreciação do ato.	
Apuração de denúncias e representações.	Apuração de denúncias e representações.	Deliberação sobre a regularidade ou legalidade de ato praticado na gestão de recursos públicos.	Apurar os fatos e promover responsabilização, quando for o caso.	

MACROPROCESSO: Responsabilização administrativa, financeira e por resultados

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Promoção de soluções dialógicas e consensuais.	Promoção de soluções dialógicas e consensuais.	Homologação de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) e de Minuta de Acordo de Mesa de Conciliação e Prevenção de Conflitos pelo Plenário, deliberações colegiadas aprovando plano de ação de ações fiscalizatórias e outros instrumentos decorrentes de soluções dialógicas e consensuais alcançadas no âmbito do TCE-MG.	Promover a solução consensual de conflitos e controvérsias, bem como a construção dialógica de soluções de problemas e desafios públicos.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
Expedição de determinações para adoção de medidas corretivas e recomendações para o aprimoramento da gestão pública.	Expedição de determinações para adoção de medidas corretivas.	Determinações expedidas.	Impor a órgão ou entidade jurisdicionada a adoção, em prazo fixo, de providência concreta e imediata com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seu efeito ou abster-se de executar ato irregular.	
	Expedição de recomendações de oportunidades de melhoria da gestão pública.	Recomendações expedidas.	Apresentar ao órgão ou entidade jurisdicionada oportunidade de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do desempenho da gestão ou de política, programa, projeto ou ação governamental.	
Fixação da responsabilidade de quem tiver dado causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao Estado ou a Município.	Julgamento das contas especiais de quem deu causa a dano ao erário estadual ou municipal.	Julgamento sobre a regularidade das contas especiais.	Julgar a regularidade das contas especiais de quem deu causa a dano ao erário estadual ou municipal, a fim de obter o respectivo ressarcimento.	
Aplicação das sanções previstas em lei aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade das contas.	Aplicação das sanções previstas em lei aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade das contas.	Sanções aplicadas.	Impor aos responsáveis as sanções previstas em lei, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.	

MACROPROCESSO: Produção e disseminação de dados, informações e conhecimentos sobre a gestão pública

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Apuração e divulgação de indicadores da gestão pública.	Apuração e divulgação de indicadores da gestão pública.	Indicadores da gestão pública apurados e divulgados.	Medir o desempenho e os resultados da gestão pública.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
Avaliação das políticas, programas e projetos públicos.	Avaliação das políticas, programas e projetos públicos.	Relatórios de avaliação de políticas, programas e projetos públicos.	Produzir conclusões válidas e confiáveis sobre o mérito e a utilidade da política, programa ou projeto avaliado, inclusive o aprofundamento e a disseminação dos conhecimentos advindos do tema.	
Disponibilização e fornecimento de dados e informações sobre a gestão pública.	Disponibilização e fornecimento de dados e informações sobre a gestão pública.	Informações sobre a gestão pública para órgãos de controle publicadas.	Disponibilizar e fornecer dados e informações sobre a gestão pública obtidos no exercício do controle externo, contribuindo para a transparência da gestão dos recursos públicos e do controle externo, para a atuação dos demais órgãos de controle e para o fortalecimento do controle social.	

MACROPROCESSO: Produção e disseminação de dados, informações e conhecimentos sobre a gestão pública

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Produção, gestão e disseminação de dados e informações estratégicas, com o uso intensivo de tecnologia da informação.	Obtenção, tratamento, análise, demonstração e disseminação de dados e informações.	Dados e informações obtidos, tratados, analisados, demonstrados e disseminados.	Realizar a gestão dos dados e informações obtidos em razão do exercício do controle externo.	■ Confiabilidade e transparência das contas públicas; ■ Legalidade, economicidade e legitimidade da gestão pública; ■ Eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão dos recursos públicos; ■ Responsabilidade na gestão da coisa pública; ■ Fortalecimento do controle social.
	Elaboração de trilhas eletrônicas de auditoria.	Trilhas eletrônicas de auditoria elaboradas e implementadas.	Realizar análises automatizadas com algoritmos pré-definidos e elaborados a partir de tipologias ou situações identificadas que possibilitem evidenciar inconsistências, irregularidades ou eventos críticos categorizáveis e passíveis de atuação do controle externo.	
	Elaboração de relatórios de inteligência.	Relatórios de inteligência.	Expressar, em formato padronizado pela doutrina de inteligência, conhecimento de caráter sigiloso resultante de raciocínio ou juízo elaborado pelo auditor sobre fato ou situação inerente à atividade de controle externo, com o objetivo de difundir esse conhecimento interna ou externamente, quando remetido a outro órgão ou unidade de inteligência.	
	Elaboração de relatórios de conhecimento.	Relatórios de conhecimento.	Elaborar relatório escrito, gráfico ou multimídia decorrente do acompanhamento contínuo e análise dos dados, com o objetivo de difundir o conhecimento e subsidiar o planejamento e execução das ações de fiscalização.	
	Elaboração de relatórios de informação.	Relatórios de informação.	Elaborar relatório simplificado decorrente de consultas a banco de dados de acesso exclusivo da unidade de inteligência.	



4.2 Desdobramento do elo Gerenciamento Organizacional

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão da estratégia e do desempenho institucional.	Gestão do aprimoramento dos processos de trabalho.	Processos de trabalho mapeados e redesenhados.	Realizar a análise, modelagem, desenho e gerenciamento da mudança, além dos serviços complementares como identificação de competências para execução das atividades.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Gestão dos instrumentos de planejamento do Tribunal.	Plano estratégico e demais instrumentos de planejamento aprovados e monitorados.	Coordenar a elaboração do Plano Estratégico e demais instrumentos de planejamento.	
	Elaboração da proposta do PPAG.	PPAG elaborado.	Coordenar a elaboração do PPAG e a revisão anual das metas pactuadas.	
	Acompanhamento e avaliação do desempenho institucional.	Indicadores apurados e monitorados.	Informar a evolução da execução do planejamento institucional favorecendo a tomada de decisão.	
	Gestão dos programas, projetos e ações estratégicas.	Programas, projetos e ações estratégicas monitorados.	Nortear os gestores de projetos do TCE-MG por meio do processo de gerenciamento de projetos padronizado.	
	Gestão da inovação.	Ações de inovação implementadas.	Estruturar um processo de inovação, estimulando a criatividade e a participação dos diversos colaboradores, gerando valor para o cumprimento da missão do TCE-MG.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Prestação de contas e transparência do Tribunal.	Elaboração da prestação de contas e transparência do Tribunal.	Relatório de atividades, relatório estatístico, relatório de gestão fiscal e execução orçamentária, relatório de prestação de contas anual e relatório de gestão elaborados e divulgados, além dos outros resultados divulgados nos diversos canais de comunicação.	Informar a Assembleia Legislativa e a sociedade sobre a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, bem como as atividades realizadas pelo Tribunal.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
Gestão orçamentária, financeira e contábil.	Gestão da receita.	Receitas arrecadadas e aplicadas conforme legislação.	Executar os procedimentos de arrecadação, controle e projeção da receita.	
	Execução financeira.	Despesas empenhadas, liquidadas e pagas.	Realizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros para garantir a efetiva liberação e movimentação de dinheiro para pagar despesas previamente empenhadas e liquidadas, possibilitando o cumprimento de obrigações financeiras.	
	Execução orçamentária.	Orçamento executado conforme planejado.	Realizar a alocação dos recursos orçamentários de modo a garantir que os recursos do orçamento sejam utilizados para cumprir as obrigações assumidas, conforme planejado.	
	Gestão e mensuração de custos do Tribunal.	Custos estimados e mensurados.	Gerar informações sobre quais recursos materiais, humanos e tecnológicos estão sendo consumidos e qual a contribuição destes para os serviços prestados pelo Tribunal.	
	Gestão da despesa de pessoal em relação ao cumprimento da LRF.	Despesas com pessoal adequadas ao cumprimento da LRF.	Garantir que os gastos com pessoal (ativos, inativos e pensionistas) não ultrapassem os limites percentuais definidos sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Minas Gerais.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão orçamentária, financeira e contábil.	Gestão do ciclo fiscal.	Regularidade fiscal cumprida.	Garantir que os tributos devidos pelo Tribunal sejam calculados e pagos dentro dos prazos legais, evitando multas e penalidades.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Gestão do ciclo contábil.	Demonstrações contábeis elaboradas e publicadas.	Efetuar todos os registros contábeis de atos e fatos econômicos, financeiros e patrimoniais de modo a subsidiar a devida e completa evidenciação.	
	Elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário.	Proposta orçamentária do Tribunal encaminhada ao executivo.	Propor as ações do Tribunal que irão compor os instrumentos de planejamento do Estado (LOA, PPA e PPAG).	
Gestão da integridade, conformidade e risco.	Acompanhamento da gestão do Tribunal.	Relatório Anual de Controle Interno; Assinatura e certificação do RGF; Comunicados de recomendação; notas técnicas.	Assegurar que a gestão fiscal e administrativa esteja em conformidade com as normas, fornecendo transparência sobre a saúde financeira e o controle interno do TCE-MG.	
	Gestão de riscos.	Matriz de Riscos; Plano de Tratamento de Riscos; Plano de Integridade.	Identificar, analisar e tratar incertezas que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais, fortalecendo a resiliência e a tomada de decisão.	
	Fomento à transparência e ao controle social.	Relatórios de avaliação do Portal de Transparência; Políticas, guias, campanhas e outras ações de conscientização; Certificação anual de conformidade do Portal de Transparência.	Promover a abertura de dados e o engajamento da sociedade na fiscalização dos gastos públicos, consolidando a accountability do Tribunal.	
	Serviços de avaliação.	Relatórios de auditoria interna; Relatórios de monitoramento (follow-up).	Fornecer uma visão independente e objetiva sobre a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão da integridade, conformidade e risco.	Serviços de consultoria.	Pareceres e notas técnicas; Seminários, palestras, *workshops* e outras ações de capacitação.	Adicionar valor e melhorar as operações da organização mediante o fornecimento de aconselhamento especializado e capacitação técnica.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Governança de proteção de dados.	Plano de proteção de dados pessoais; Políticas e normas internas; Pareceres e/ou notas técnicas.	Estabelecer diretrizes e políticas que garantam o tratamento adequado de dados pessoais, em conformidade com a legislação vigente (como a LGPD).	
	Gestão do ciclo de dados pessoais.	Relatórios periódicos de monitoramento; Pareceres e/ou notas técnicas; Planos de ação a incidentes; Expedientes e outros instrumentos de comunicação interna.	Operacionalizar a segurança da informação e responder prontamente a incidentes, protegendo a privacidade dos titulares de dados.	
	Apoio à realização de sindicâncias.	Autos da sindicância, termos e registros processuais e relatório final.	Investigar irregularidades de menor gravidade ou preliminares, garantindo o devido processo legal e a apuração de fatos no âmbito funcional.	
	Apoio à realização de PADs.	Autos do PAD, termos e registros processuais e relatório final.	Conduzir processos administrativos disciplinares para apurar responsabilidades e aplicar sanções legais quando houver infrações comprovadas.	
	Aperfeiçoamento da função correicional.	Notas técnicas, estudos técnicos e/ou diretrizes correicionais.	Padronizar e otimizar os procedimentos de correição, elevando a eficiência e a justiça nas apurações internas.	
	Acompanhamento da produção jurisdicional.	Relatórios estatísticos trimestrais e anual.	Prover dados estatísticos e analíticos sobre as atividades correicionais para subsidiar a tomada de decisão da alta administração.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Comunicação e relacionamento institucional.	Divulgação para o público interno e externo das ações, atividades e eventos do Tribunal.	Banners e textos na intranet; E-mail marketing para os públicos interno e externo; Redes sociais do Tribunal; Portal de internet, conforme a natureza da demanda.	Comunicar e divulgar, para os públicos interno e externo, as decisões, atividades e eventos em linguagem clara, acessível e atrativa.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Prestação de informações aos jurisdicionados.	Fale com TCE, atendimento telefônico - PABX, redes sociais do Tribunal; Site TCE-MG; E-mail marketing.	Garantir o acesso dos jurisdicionados a dados e informações públicas produzidas ou custodiadas pelo TCE-MG.	
	Prestação de informações à sociedade.	Site e redes sociais do TCE-MG, bem como pelo e-mail marketing.	Garantir o acesso de qualquer pessoa (física ou jurídica) a dados e informações públicas produzidas ou custodiadas pelo TCE-MG.	
	Gestão dos canais de comunicação institucionais.	Informações disponibilizadas para o público interno, jurisdicionados e sociedade.	Garantir que a informação flua de maneira clara, consistente, segura e estratégica entre o Tribunal e seus diversos públicos.	
	Relacionamento com os órgãos de imprensa.	Contato direto com veículos e assessorias de comunicação.	Promover a aproximação e o intercâmbio com os órgãos de imprensa para transformar informações técnicas em pautas de interesse público e com impacto na imagem positiva do TCE-MG.	
	Publicação das decisões e dos atos oficiais.	Decisões e atos oficiais publicados no site do TCE-MG, intranet e DOC.	Assegurar a transparência, a eficácia e a legitimidade das ações do TCE-MG.	
	Realização de solenidades e eventos.	Cerimonial, apoio jornalístico e de produção visual para solenidades e eventos.	Planejar, organizar e executar as solenidades e os eventos do TCE-MG.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão de pessoas, do conhecimento e da informação.	Dimensionamento da força de trabalho.	Quantitativo ideal de pessoas de todas as unidades do Tribunal definido.	Prover, alocar, movimentar e integrar pessoas de acordo com as competências mapeadas e o perfil profissional e estimar, de forma técnica e fundamentada, a quantidade ideal de pessoas necessárias para realizar as entregas e atividades das unidades organizacionais.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Recrutamento e seleção de pessoas.	Cargos providos.	Selecionar pessoas com perfis alinhados aos cargos e competências requeridas pelo Tribunal.	
	Alocação de pessoas.	Pessoas alocadas conforme perfil.	Alocar pessoas de acordo com as competências mapeadas e o perfil profissional.	
	Integração de pessoas.	Ambiente de trabalho integrado.	Integrar pessoas de acordo com as competências mapeadas e o perfil profissional, de forma a promover o alinhamento à cultura organizacional.	
	Gestão do conhecimento.	Plano bienal de gestão do conhecimento implementado.	Criar, registrar, organizar, disseminar, compartilhar e aplicar o conhecimento no TCE-MG, de forma a agregar valor público e eficiência aos serviços prestados pelo Tribunal e às atividades desempenhadas por seus servidores e colaboradores.	
	Gestão do clima organizacional.	Clima organizacional monitorado e planos de ação implementados.	Gerir de forma positiva o ambiente de trabalho, criando condições favoráveis para aumentar a motivação, a satisfação e a produtividade.	
	Gestão de direitos, vantagens e pagamentos.	Direitos e vantagens avaliados, concedidos e remuneração paga aos servidores.	Assegurar a concessão dos direitos e vantagens do servidor, com qualidade e tempestividade.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão de pessoas, do conhecimento e da informação.	Prestação de informações legais.	Informações legais fornecidas ao governo federal, estadual e órgãos previdenciários. (DIRF, eSocial, Prevcom, etc.).	Garantir o envio correto e tempestivo dos dados e informações legais.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Gestão do programa de educação corporativa.	Programa de educação corporativa planejado, executado e avaliado.	Elaborar e implementar programa de educação corporativa de modo a promover uma cultura de aprendizagem contínua, garantindo que o desenvolvimento das pessoas esteja alinhado às estratégias, competências e necessidades do TCE-MG.	
	Gestão do desempenho.	Vida funcional dos servidores monitorada e atos de desenvolvimento concedidos. Indicadores de desempenho estabelecidos, acompanhados e avaliados.	Promover a gestão integrada e estratégica do desempenho, alinhada às competências organizacionais.	
	Gestão do programa de estágio.	Estagiários recrutados e desenvolvidos.	Contratar e fazer a gestão dos estagiários no âmbito do TCE-MG, de forma a promover a integração entre o aprendizado acadêmico e experiência profissional.	
	Gestão da revista do TCE-MG.	Revista publicada e divulgada.	Disseminar conhecimento científico para a melhor gestão dos recursos no âmbito da administração pública.	
	Gestão da pesquisa.	Pesquisas acadêmicas realizadas e divulgadas.	Conduzir pesquisas acadêmicas de forma profissional, visando produzir conhecimento confiável e replicável.	
	Gestão da qualidade de vida.	Programa de qualidade de vida implementado.	Desenvolver projetos e ações que promovam o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando para a melhoria da qualidade de vida do servidor.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão de pessoas, do conhecimento e da informação.	Gestão documental.	Documentos físicos e digitais armazenados, preservados, disponibilizados e avaliados segundo a temporalidade.	Gerenciar de forma eficiente o ciclo de vida completo dos documentos do TCE-MG, desde a sua produção ou recebimento, tramitação, até o seu arquivamento ou destinação final (eliminação ou guarda permanente).	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Gestão de parcerias.	Instrumentos de cooperação firmados.	Manter relacionamentos estratégicos com outros órgãos para alcançar objetivos comuns e potencializar resultados.	
	Gestão de acervo, recursos e serviços de informações doutrinárias, normativas e jurisprudenciais.	Acervo, recursos e serviços de informações doutrinárias, normativas e jurisprudenciais disponibilizados e atualizados.	Organizar, disponibilizar e disseminar informações confiáveis relativas ao controle externo no âmbito do Tribunal de Contas, para os jurisdicionados e para a sociedade em geral, de forma a apoiar a tomada de decisão, a pesquisa e a eficiência nas atividades do TCE-MG e outros órgãos públicos.	
Gestão da logística, infraestrutura e sustentabilidade.	Gestão patrimonial.	Recursos patrimoniais inventariados, avaliados e geridos.	Manter níveis adequados de conservação e limpeza predial, bem como adquirir e disponibilizar, de acordo com a demanda, bens móveis e insumos necessários à realização das atividades-fim e de apoio do Tribunal de Contas.	
	Gestão das aquisições e contratações.	Aquisições e contratações de bens e serviços planejadas, executadas e monitoradas.	Orientar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas às contratações do Tribunal, de modo a garantir que as contratações atendam à demanda organizacional, atingindo as melhores condições de preço e qualidade.	
	Gestão da sustentabilidade.	Ações de promoção da sustentabilidade implementadas e monitoradas (PLS, planos de ação, etc.).	Integrar práticas sociais, ambientais e econômicas (ESG - Environmental, Social, and Governance) nas atividades do TCE-MG.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão da segurança institucional.	Gestão da segurança patrimonial.	Segurança do patrimônio planejada, executada e monitorada.	Implementar ações para proteger as instalações e bens materiais contra ameaças internas e externas, garantindo a continuidade do trabalho no TCE-MG.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Gestão da segurança de pessoas.	Segurança das pessoas planejada, executada e monitorada.	Implementar ações para garantir a integridade física das pessoas, reduzindo riscos e prevenindo acidentes.	
Gestão jurídica institucional.	Assessoramento Jurídico-Institucional.	Assessoria técnica e jurídica prestada às unidades do Tribunal.	Formalizar entendimento jurídico, informando e sugerindo providências a serem estabelecidas, bem como as condutas a serem praticadas pelo TCE-MG, de forma a garantir que as ações, decisões e políticas do TCE-MG estejam em estrita conformidade com a lei.	
	Representação judicial do Tribunal.	Tribunal representado perante o Poder Judiciário.	Garantir a defesa técnica, jurídica e administrativa dos interesses do Tribunal e de seus membros e servidores em processos judiciais.	

MACROPROCESSO: Governança e Gestão Organizacional

Processos gerais	Processos de Trabalho	Produto	Objetivo	Valores
Gestão da tecnologia da informação.	Gestão da infraestrutura física e em nuvem.	Infraestrutura física e em nuvem mantida e com o desempenho avaliado.	Direcionar um trabalho efetivo de proteção dos ativos e dados do TCE-MG, estabelecendo os procedimentos operacionais, com suas respectivas normas e os padrões de segurança, minimizando os riscos associados.	■ Transparência, integridade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão do Tribunal.
	Desenvolvimento de soluções tecnológicas.	Soluções tecnológicas desenvolvidas e aplicadas.	Gerar aplicações informatizadas, desenvolvendo, implantando e mantendo sistemas de acordo com metodologia e técnicas adequadas, visando atender aos objetivos estabelecidos quanto à qualidade, custos, prazos e benefícios.	
	Gestão do atendimento aos usuários internos e externos.	Suporte técnico e assessoramento fornecidos aos usuários.	Gerenciar e realizar a manutenção preventiva e corretiva de ativos, sistemas e serviços relacionados à TI, bem como o atendimento aos usuários internos e externos, incluindo a gestão de rede e infraestrutura.	
	Gestão de banco de dados.	Banco de dados íntegro, organizado, acessível e protegido.	Garantir a eficiência, segurança, integridade e disponibilidade dos dados do TCE-MG, permitindo que as informações sejam coletadas, armazenadas, organizadas e utilizadas de forma estratégica para apoiar tomadas de decisão.	
	Gestão da segurança da informação.	Segurança da informação implementada e monitorada.	Direcionar um trabalho efetivo de proteção dos ativos e dados do TCE-MG, estabelecendo os procedimentos operacionais, com suas respectivas normas e os padrões de segurança, minimizando os riscos associados.	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - Minas Gerais
CEP: 30380-435 | Tel: (31) 3348-2111
www.tce.mg.gov.br

@TCEMGoficial ***@tcemg*** YouTube***/tcemgoficial***